

A 3ª VERSÃO DO PROGRAMA DE ESTABILIDADE E CRESCIMENTO DO GOVERNO SÓCRATES VAI AGRAVAR AINDA MAIS AS DESIGUALDADES EM PORTUGAL

RESUMO DESTE ESTUDO

Em Dezembro de 2006, o governo apresentou na Assembleia da República uma nova versão do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC3), a juntar às duas que já tinha apresentado desde que assumira funções (PEC1 e PEC2), sendo todas elas dominadas pela obsessão do défice.

A análise destas três versões, leva à conclusão que de versão para versão as desigualdades que vão determinar entre um minoria privilegiada e a maioria da população aumentam.

Assim, a nível de crescimento das receitas, o valor previsto de versão para versão é cada vez menor. E isto porque o governo recusa-se em eliminar os privilégios fiscais que gozam fundamentalmente os grandes grupos económicos em Portugal que, se acabassem, contribuiria para um aumento significativo das receitas, preferindo os impostos que atingem fundamentalmente os trabalhadores e outras camadas desfavorecidas da população que estão cada vez mais exauridas. Por ex., no PEC2, apresentado em Dezembro de 2005, a previsão das receitas fiscais para 2007 era de 2.695 milhões de euros, enquanto no PEC3, apresentado em Dezembro de 2006, era já de 495 milhões de euros, ou seja, 5,4 vezes menos, o que mostra bem, por um lado, a redução verificada no poder de compra da maioria da população mais atingida pela política fiscal deste governo que se recusa em acabar com os grandes privilégios fiscais que continua gozar em Portugal cuja eliminação daria elevada receita ao Estado e, por outro lado, a falta de qualidade das previsões governamentais num período tão curto. E chegou-se a um ponto em que esta opção de classe do governo de Sócrates até é criticado por Richard Eckaus, um professor norte americano de economia que esteve recentemente num debate organizado pela Gulbenkian e foi condecorado por Cavaco Silva, o qual defendeu uma maior progressividade dos impostos em Portugal. Para compensar a quebra da receita prevista e cumprir o objectivo do défice, o governo pretende reduzir significativamente as despesas públicas. E pretende fazê-lo fundamentalmente nas despesas com os trabalhadores da Administração Pública e através de cortes significativos nas despesas com as funções sociais do Estado (segurança social e saúde), agravando assim a situação da maioria da população. A nível das despesas com os trabalhadores da Administração Pública este governo pretende reduzi-las em 950 milhões de euros em 2007; em 1.150 milhões de euros em 2008; em 1.340 milhões de euros em 2009; e, em 2010, em 1.510 milhões de euros. Em relação à segurança social, o governo pretende fazer um corte de 325 milhões de euros em 2007, sendo 90 milhões de euros no Regime Geral e 235 milhões de euros no regime da CGA; em 2008, o corte previsto é já de 810 milhões de euros, sendo 205 milhões de euros no Regime Geral e 605 milhões de euros no regime da CGA; em 2009 e em 2010, o corte sobe, respectivamente, para 1.130 milhões de euros e 1.305 milhões de euros, sendo no último ano de 430 milhões de euros no Regime Geral da Segurança Social e 875 milhões de euros no regime da CGA. Finalmente, em relação à redução das despesas com a saúde dos portugueses, a previsão do governo é de 100 milhões de euros em 2007, de 170 milhões de euros em cada um dos três anos seguintes. E a parte de leão nesta redução resulta da diminuição na comparticipação no preço dos medicamentos que atingirá em cada ano 115 milhões de euros, o que significa terá de ser paga pelos portugueses.

É evidente que a política que se encontra materializada nas diversas versões do PEC e, nomeadamente, na 3ª versão apresentada pelo governo em Dezembro de 2006, vai agravar ainda mais as já graves desigualdades em Portugal, na medida em que, por um lado, mantém os elevados privilégios fiscais de que goza uma minoria e, por outro lado, reduz ainda mais o nível de vida dos trabalhadores da Administração Pública e dos outros portugueses resultantes dos cortes importantes que pretende fazer quer nas remunerações quer nas despesas do Estado com a segurança social e a saúde.

Richard Eckaus, professor norte-americano de economia do MIT, que tem acompanhado e estudado a Economia Portuguesa, que participou recentemente num debate organizado pela Fundação Galoust Gulbenkian foi condecorado por Cavaco Silva com a Grã-Cruz da Ordem do infante D. Henrique, numa entrevista que deu a um diário português afirmou: "Portugal tem a distribuição de rendimento mais desigual na U.E. Mas há formas de alterar isso e uma delas é a introdução de mis progressividade no imposto sobre o rendimento. Penso que esse tipo de medidas é muito importante porque para Portugal é fundamental garantir uma maior igualdade no sistema" (DN - Economia – 22.12.2006).

Uma opinião coincidente com aquela que temos vindo a defender há já bastante tempo, pois a situação actual – grande desigualdade na repartição da riqueza e do rendimento – que se tem agravada nos últimos anos, para além de ser socialmente intolerável constitui também um

importante obstáculo à superação da actual crise e a uma taxa de crescimento económico elevada e sustentada. No entanto, foi preciso um economista norteamericano vir dizer isso para que obtivesse a anuência do dr. Victor Constâncio e para que ter projecção nos media portugueses.

No entanto, esse não é o caminho que o governo de Sócrates teima a seguir. A prová-lo está a recusa do actual governo em acabar com os privilégios fiscais de que goza uma minoria em Portugal. Um exemplo que prova é o escândalo da isenção total das mais valias geradas pelas OPA's sobre a PT e o BPI.

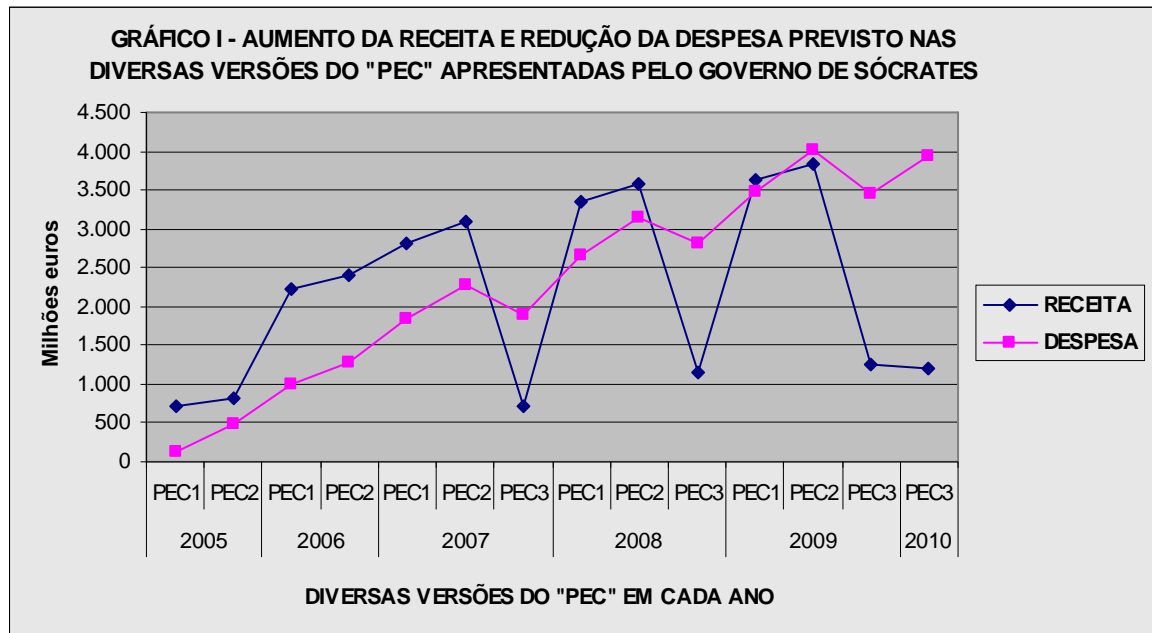
De acordo com a alínea a) do nº2 do artº 10 do Código do IRS não estão sujeitas a pagamento de IRS as mais valias resultantes de "acções detidas pelo seu titular durante mais de 12 meses". E segundo o nº2 do artº 11 do Estatuto de Benefícios Fiscais as mais-valias realizadas pelas Sociedades Gestoras de Participações Sociais (SGPS) e por Sociedades de Capital de Risco (SRC), desde que detidas por um período não inferior a um ano, também estão isentas de pagamento de imposto. Isto significa que tanto as pessoas singulares como as colectivas (empresas), pois estas últimas têm sempre a possibilidade de criar facilmente uma SGPS, desde que tenham as acções na sua posse por um período superior a um ano não pagam qualquer imposto pelas mais-valias obtidas.

A OPA sobre a PT lançada pela SONAE e a OPA sobre o BPI lançada pelo BCP, se se concretizarem, vão gerar para os actuais detentores de acções mais valias que estimamos em 10.000 milhões de euros que não pagarão qualquer imposto. Se o governo e o PS tivessem aceite a proposta feita pelo PCP, durante o debate do OE2007, para eliminar aquele privilégio fiscal de que beneficiam fundamentalmente os grandes grupos económicos em Portugal, que passassem a pagar uma taxa de imposto de apenas 10%, que é a taxa aplicável às mais-valias de acções detidas menos de um ano pelos seus proprietários, o Estado arrecadaria mais 1.000 milhões de euros de receita fiscal em 2007, e certamente não seriam necessários tanto sacrifícios que o governo de Sócrates pretende impor aos trabalhadores, aos reformados e até a uma parte do deficientes.

No lugar de procurar reduzir o défice através de medidas que acabem com os grandes privilégios fiscais de que goza fundamentalmente os grandes grupos económicos, o governo prefere manter esses privilégios e sobrecarregar ainda mais os trabalhadores e outros sectores desfavorecidos da população com mais sacrifícios. A provar isso está a 3ª versão do chamado Pacto de Estabilidade e Crescimento : 2006/2010 (PEC3: 2006-2010) apresentado pelo governo em Dezembro de 2006 na Assembleia da República, que foi aprovado pelo PS e depois enviado para Bruxelas.

QUEBRA CONTINUADA NO AUMENTO DE RECEITAS E AUMENTO SIGNIFICATIVO DA REDUÇÃO DAS DESPESAS COM SALÁRIOS E COM AS FUNÇÕES SOCIAIS DO ESTADO

O governo apresentou em Dezembro de 2006 uma nova versão do chamado Programa de Estabilidade e Crescimento (é a 3ª versão desde que assumiu funções). E a primeira conclusão que imediatamente se tira, comparando esta versão com as anteriores, é que a nível de aumento de receitas, nomeadamente de impostos, as previsões constantes da última versão são consideravelmente inferiores aos das versões anteriores, enquanto a nível de redução das despesas, que envolve fundamentalmente a redução das despesas com as remunerações dos trabalhadores da Administração Pública e com as funções sociais do Estado (segurança social e saúde) a tendência é de aumento conseguida através de grandes cortes de despesa. O gráfico que se apresenta seguidamente, mostra de uma forma visual, portanto mais facilmente apreendida, o aumento da receita e a redução da despesa prevista nas três versões do PEC (Junho de 2005, Dezembro de 2005 e Dezembro de 2006).



Como se conclui rapidamente do gráfico, a linha que representa o aumento de receita (receitas fiscais) a tendência é de diminuição de PEC para PEC, enquanto a linha que representa a redução da despesa (cortes na despesa) a tendência é de aumento de versão para versão.

Assim, no PEC1, apresentado em Junho de 2005 pelo governo de Sócrates, a previsão de aumento de receita era, para o ano de 2007, de 2.815 milhões de euros; no PEC2, apresentado pelo governo em Dezembro de 2005, a previsão de aumento de receita era já de 3.100 milhões de euros, mas no PEC3, apresentado em Dezembro de 2006, a previsão de aumento da receita é apenas de 715 milhões de euros. A nível de redução de despesa não se verifica semelhante quebra. Assim, também para o ano de 2007, a previsão de redução de despesa era no PEC1 de 1.830 milhões de euros, no PEC2 de 2.275 milhões de euros e no PEC3 de 1.880 milhões de euros. Em relação a 2008 verifica-se uma situação muito semelhante: (1) Em relação ao aumento de receita ele evolui da seguinte forma: PEC1: 3.355 milhões de euros; PEC2: 3.568 milhões de euros; PEC3: apenas 1.163 milhões de euros; (2) Em relação à redução das despesas: PEC1: 2.655 milhões de euros; PEC2: 3.137 milhões de euros; PEC3: 2.800 milhões de euros. Evolução análoga verifica-se nos dois nos seguintes constantes da previsão do governo. Por ex. Em 2010, a previsão de aumento de receita é apenas de 1.195 milhões de euros, enquanto a previsão de redução da despesa atinge 3.940 milhões de euros.

É evidente que a quebra verificada na previsão do aumento de receitas resulta, por um lado, da redução acentuada do poder de compra da maioria população provocada pela política do governo de obsessão do défice e, por outro lado, da recusa do governo de Sócrates em acabar com os grandes privilégios fiscais de que continua a gozar uma minoria em Portugal, cuja eliminação daria certamente elevada receita ao Estado. Para compensar, o governo de Sócrates prefere fazer grandes cortes na despesa pública, nomeadamente nas despesas com os trabalhadores da Administração Pública e com as funções sociais do Estado (segurança social e saúde).

CORTES SIGNIFICATIVOS NAS DESPESAS COM AS REMUNERAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COM A SEGURANÇA SOCIAL E A SAÚDE

O quadro que se apresenta seguidamente com as previsões constantes das três versões do Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC1, PEC2 e PEC3), do aumento de receitas e da redução da despesa, encontram-se desagregadas por rubricas, o que permitirá ficar a saber que sectores da população serão mais afectados pela política de obsessão do défice do governo de Sócrates.

QUADRO I - PREVISÃO DE AUMENTO DE RECEITAS E DE REDUÇÃO DE DESPESAS SEGUNDO O GOVERNO COM OS "PEC's"

RUBRICAS	Milhões de euros													
	2005		2006		2007			2008			2009			2010
	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC1	PEC2	PEC3	PEC1	PEC2	PEC3	PEC1	PEC2	PEC3	PEC3
AUMENTO DA RECEITA														
Impostos	680	680	2.115	2.135	2.705	2.695	495	3.145	3.105	863	3.375	3.305	920	845
Imposto sobre Rendimento e património	150	150	525	605	725	815	260	775	875	373	825	925	400	400
IVA	530	530	1.200	1.220	1.200	1.220	0	1.200	1.220	20	1.200	1.220	20	20
ISP (Imposto sobre os combustíveis)	0	0	210	200	420	400	140	630	600	275	630	600	205	130
IT (Imposto sobre o tabaco)	0	0	180	110	360	260	95	540	4€10	195	720	560	295	295
Contribuições para a Segurança Social	30	130	110	270	110	405	120	210	463	190	260	520	220	230
<i>Diversificação das Fontes de Financiamento</i>							60			65			70	70
<i>Combate à evasão e fraude contributiva</i>							60			125			150	160
Contribuições para a ADSE							100			110			110	120
TOTAL AUMENTO DE RECEITA	710	810	2.225	2.405	2.815	3.100	715	3.355	3.568	1.163	3.635	3.825	1.250	1.195
DIMINUIÇÃO DA DESPESA														
Redução despesa Administração Publica	100	100	475	475	850	1.055	1.360	1.225	1.635	1.710	1.600	2.215	2.040	2.340
<i>Despesas com Pessoal</i>							950			1.150			1.340	1.510
<i>Ganhos de Eficiência</i>							410			560			700	830
Redução da despesa Regimes S. Social	0	0	430	340	880	740	325	1.330	1.010	810	1.790	1.300	1.130	1.305
Regime Geral S. Social	0	0	200	110	420	280		630	310		840	350		
<i>Regime Geral S. Social</i>							70			180			350	405
<i>Melhoria eficiencia sistema e combate fraude</i>							20			25			25	25
Redução despesas CGA	0	0	230	230	460	460		700	700		950	950		
<i>CGA - Medidas planeadas em 2005</i>							230			570			720	840
<i>CGA- Aplicação principios reforma S. Social</i>							5			35			35	35
Contenção despesa em Saúde	25	382	100	468	100	480	170	100	492	170	100	504	170	170
Redução comparticipação medicamentos	25	25	100	100	100	100		100	100		100	100		
Redução de 10% nos consumos intermédios	0	357	0	368	0	380		0	392		0	404		
<i>Comparticipação em medicamentos</i>							115			115			115	115
<i>Convenções</i>							30			30			30	30
<i>Compra prod. Farmaceuticos e material clinico</i>							25			25			25	25
Receitas de introdução de portagens em SCUTS							25			110			120	125
TOTAL	125	482	1.005	1.283	1.830	2.275	1.880	2.655	3.137	2.800	3.490	4.019	3.460	3.940

PEC1 : 1ª Versão do Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 – Apresentada pelo governo em Junho de 2005

PEC2 : 2ª Versão do Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2009 – Apresentada pelo governo em Dezembro de 2005

PEC3 : 3ª Versão do Plano de Estabilidade e Crescimento 2005-2010 – Apresentada pelo governo em Dezembro de 2006

Em relação ao aumento das receitas, a quebra que se verifica de versão para versão, e nomeadamente na 3ª versão apresentada em Dezembro de 2006, regista-se a nível de todos os impostos. Por ex., no PEC2 apresentado em Dezembro de 2005 a previsão das receitas fiscais para 2007 era de 2.695 milhões de euros, enquanto no PEC3, apresentado em Dezembro de 2006, é já de 495 milhões de euros, ou seja, 5,4 vezes menos, o que, por um lado, mostra bem a redução do poder de compra da maioria da população que é mais atingida pela política fiscal do governo, o qual se recusa em acabar com os grandes privilégios fiscais que goza uma minoria em Portugal, e cuja eliminação daria elevada receita ao Estado e, por outro lado, revela a falta de qualidade das previsões governamentais num curto período de um ano. A única receita que aumenta em 2007 é a que resulta da subida do desconto de 0,5% nas remunerações dos trabalhadores da Administração Pública e da criação de um novo desconto de 1% sobre as pensões dos aposentados para a ADSE. Mesmo o aumento de receita resultante do combate à evasão e fraude contributiva a nível da Segurança Social limita-se, em 2007, a um ridículo 60 milhões de euros, em 2008 a 125 milhões de euros e, em 2009, a 150 milhões de euros, o que mostra bem a falta de empenho como este governo encara este combate fundamental para garantir a sustentabilidade futura da Segurança Social.

Em relação à redução das despesas, que é o instrumento preferido para obter a redução do défice orçamental, este governo pretende obtê-la fundamentalmente a nível das remunerações dos trabalhadores da Administração Pública, e com cortes significativos nas despesas com a segurança social e com a saúde. Assim, a nível das despesas com os trabalhadores da Administração Pública este governo pretende reduzi-las em 950 milhões de euros em 2007; em 1.150 milhões de euros em 2008; em 1.340 milhões de euros em 2009; e, em 2010, em 1.510 milhões de euros. Em relação à segurança social, o governo pretende fazer um corte de 325 milhões de euros em 2007, sendo 90 milhões de euros no Regime Geral e 235 milhões de euros no regime da CGA; em 2008, o corte previsto é já de 810 milhões de euros, sendo 205 milhões de euros no Regime Geral e 605 milhões de euros no regime da CGA; em 2009 e em 2010, o corte já sobe, respectivamente, para 1.130 milhões de euros e 1.305 milhões de euros, sendo no último ano de 430 milhões de euros no Regime Geral da Segurança Social e 875 milhões de euros no regime da CGA. Finalmente, a redução das despesas com a saúde dos portugueses, a previsão do governo é de 100 milhões de euros em 2007, de 170 milhões de euros em cada um dos três anos seguintes. E a parte de leão nesta redução resulta da diminuição na comparticipação no preço nos medicamentos que atingirá em cada ano 115 milhões de euros, o que significa que esta importância será acrescida àquilo que já pagam os portugueses com medicamentos. A introdução de portagens nas SCUTS custará aos portugueses, segundo as previsões do governo constantes da última versão do PEC, 25 milhões de euros em 2007; 110 milhões de euros em 2008; 120 milhões de euros em 2009; e, em 2010, 125 milhões de euros.

Em resumo, de versão para versão, o Programa de Estabilidade e Crescimento do governo Sócrates agrava as desigualdades na medida que, por um lado, recusa em acabar com os grandes privilégios fiscais que goza uma minoria em Portugal, o que é até defendido por um professor de economia norte-americano condecorado por Cavaco Silva e, por outro lado, opta por aumentar ainda mais os sacrifícios que já são pedidos à maioria da população através de importantes cortes nas remunerações da Administração Pública e nas funções sociais do Estado (segurança social e saúde). É clara a opção de classe do governo de Sócrates.

Eugénio Rosa
Economista
edr@mail.telepac.pt
9.1.2007